

Global Incentives Solutions*

News

Informação sobre incentivos ao investimento

número 1 – Janeiro de 2007
Publicação Bimestral

1 What's hot?

- ▶ O encerramento do QCA III
- ▶ QREN: o sucessor do QCA III
- ▶ QREN aprovado em Conselho de Ministros
- ▶ Os Programas Operacionais do QREN
- ▶ Investimento total previsto de 45 mil milhões de euros
- ▶ Entrada em vigor dos novos PO prevista para Julho
- ▶ Elegibilidade das Despesas
- ▶ Selectividade

2 In Depth

- ▶ Programas Operacionais Temáticos

3 Our Services

- ▶ O que a PricewaterhouseCoopers pode fazer
- ▶ Contactos

▶ O encerramento do QCA III

Durante o 2º semestre assistiu-se ao encerramento de vários sistemas de incentivos em vigor no 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

7 de Julho foi o último dia para recepção de candidaturas ao SIME, para todos os projectos fora do regime contratual.

Em Setembro foram suspensas as candidaturas ao programa de apoio à Formação Profissional no âmbito do PRIME.

Já em Dezembro, encerraram as medidas de apoio no âmbito da inovação.

O encerramento do SIME e dos incentivos à Formação Profissional teve um maior impacto, no tecido empresarial, uma vez que estes representavam uma fatia considerável das candidaturas apresentadas.

▶ QREN: o sucessor do QCA III

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período de 2007 a 2013 e sucede ao QCA III que vigorou entre 2000 e 2006.

▶ QREN aprovado em Conselho de Ministros

O QREN foi aprovado em Conselho de Ministros a 11 de Janeiro de 2006, ficando a aguardar a publicação e aprovação dos Programas Operacionais (PO) para que a sua execução possa ter início.

▶ Os Programas Operacionais do QREN

Deixam de existir PO para sectores específicos (eram 12), passando a existir 3 PO Temáticos – Potencial Humano, Competitividade e Valorização Territorial – e 7 PO regionais para o Continente e para as Regiões Autónomas.

▶ Investimento total previsto de 45 mil milhões de euros

Prevê-se que Portugal mobilizará um investimento total de 45 mil milhões de euros entre 2007 e 2013: 21,5 mil milhões de euros de fundos comunitários, 14,5 mil milhões de investimento privado e 7,7 mil milhões de fundos do Estado.

▶ Entrada em vigor dos novos PO prevista para Julho

O Comunicado do Conselho de Ministros de 31 de Agosto de 2006 alterou as datas previstas inicialmente para a operacionalização do QREN, em resultado do atraso na aprovação das Orientações Estratégicas Comunitárias para a Política de Coesão. Neste sentido, o novo ciclo de programas apenas foi entregue pelo Governo à Comissão Europeia em Janeiro de 2007, pelo que o arranque efectivo dos novos programas só acontecerá a partir de Julho de 2007.

▶ Elegibilidade das Despesas

Apesar do atraso na apresentação e entrada em vigor dos Programas Operacionais, encontra-se salvaguardada a elegibilidade de todas as despesas efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 2007, desde que as mesmas sejam enquadráveis, posteriormente, num dos Programas Operacionais a apresentar.

▶ Selectividade

Os apoios a conceder serão mais selectivos face à realidade anterior, apostando em áreas de investimento prioritário, como a inovação e desenvolvimento tecnológico ou em sectores estratégicos pela sua competitividade a nível internacional (a definir).



Programas Operacionais Temáticos

A estruturação operacional do QREN é sistematizada através da criação de Programas Operacionais Temáticos e de Programas Operacionais Regionais para as regiões do Continente e para as duas Regiões Autónomas.

Os Programas Operacionais Temáticos são os seguintes:

- Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (FEDER)
- Programa Operacional Temático Potencial Humano (FSE)
- Programa Operacional Temático Valorização do Território (FEDER e Fundo de Coesão)

Os principais eixos dos Programas Operacionais Temáticos são apresentados abaixo:

Potencial Humano

Eixo I Qualificação inicial (1.836 milhões de euros)

Objectivos: Elevar a qualificação dos jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades de desenvolvimento sustentado, de aumento da competitividade e de coesão social da economia portuguesa.

Destinatários: Pessoas colectivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos; Pessoas colectivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Eixo II Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida (2.250 milhões de euros)

Objectivos: reforço da qualificação da população adulta activa – empregada e desempregada, o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial, bem como contribuir para a adaptabilidade dos trabalhadores.

Destinatários: Pessoas colectivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos; Pessoas colectivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Outros Eixos (2.060 milhões de euros):

Eixo III – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional

Eixo IV – Formação Avançada

Eixo V – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa

Eixo VI – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social

Eixo VII – Igualdade de Género

Factores de Competitividade

Eixo I – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico (500 milhões de euros)

Objectivos: Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista o desenvolvimento do País e o aumento da sua competitividade; Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas

Destinatários: empresas de média e grande dimensão; entidades do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico; Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados; Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial.

Eixo II – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização (1.220 milhões de euros)

Objectivos: viabilização de um vasto conjunto de ajustamentos de natureza estrutural nas empresas onde a qualificação, diferenciação, diversificação e inovação na produção de bens e serviços transaccionáveis, no quadro de

fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado, se assume como estratégico.

Destinatários: Empresas de média e grande dimensão.

Eixo IV – Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade (685 milhões de euros)

Objectivos: Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; Reforçar a confiança dos cidadãos no Estado; Aumentar a transparência da acção administrativa para os cidadãos e para as empresas.

Destinatários: entidades da Administração Pública Central e prestadores de serviços de interesse económico geral

Outros Eixos (698 milhões de euros):

Eixo III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

Eixo V – Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial

Valorização Territorial

Eixo I – Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais (2.374 milhões de euros)

Objectivos: inserir Portugal nas redes transeuropeias de transporte e de comunicações, nas diferentes escalas nacional, ibérica e europeia

Destinatários: Estradas de Portugal, REFER, RAVE, ANA, Administrações Portuárias, operadores logísticos entidades gestoras de serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Eixo VI – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional (99 milhões de euros)

Objectivos: estimular e contribuir para a construção de um Sistema Urbano Policêntrico

Destinatários: Serviços Públicos da Administração Central; Municípios e suas associações; Inst. de Ensino Superior e de I&D; Empresas Públicas; Entidades privadas sem fins lucrativos; Outras entidades privadas no quadro de parcerias público-privado.

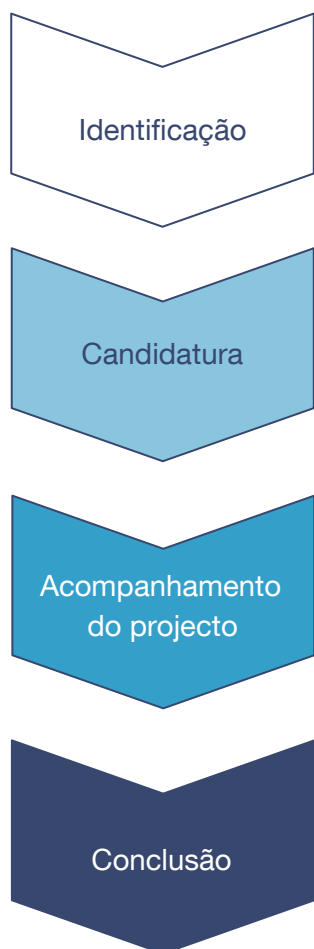
Outros Eixos (2.185 milhões de euros):

Eixo II – Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos

Eixo III – Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma dos Açores

Eixo IV – Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma da Madeira

Eixo V – Infra-estruturas Nacionais para a Conectividade e Valorização Territorial



O que a PwC pode fazer

Podemos aconselhá-lo nas diferentes fases do seu investimento (operacional, de inovação ou formação):

Identificação

- Identificação de oportunidades de apoio nos investimentos actuais e futuros
- Análises de custo/benefício

Candidatura

- Definição das condições de sucesso
- Elaboração de diagnóstico estratégico e modelos de projecção financeira
- Preenchimento da candidatura
- Interligação com entidade gestora do programa de financiamento
- Apoio na negociação do subsídio

Acompanhamento do projecto

- Apoio na elaboração dos pedidos de reembolso
- Gestão do projecto
- Apoio na elaboração dos dossiers financeiro, técnico e pedagógico
- Implementação do projecto

Conclusão

- Validação dos documentos de despesa
- Apoio na preparação para auditoria
- Avaliação dos retornos obtidos (directos e indirectos)

Destaque: Identificação

A PwC apoia as organizações na identificação de incentivos aos investimentos a realizar, fornecendo aconselhamento sobre os programas a utilizar e os custos e benefícios associados aos mesmos.

Este primeiro passo é crítico para o sucesso de uma candidatura e a PwC tem a experiência e *know-how* que o ajudarão a tomar as decisões acertadas.

Contactos Global Incentives Solutions (GIS)

António Correia: antonio.correia@pt.pwc.com

Pedro Deus: pedro.deus@pt.pwc.com

PricewaterhouseCoopers

Tel: +351 213 599 000 (Lisboa)

Tel: +351 225 433 000 (Porto)

www.pwc.com/pt